



Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e quinze minutos, na sala de sessões dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal Manuel Joaquim Pisco Lopes e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira, Sandra Marina Lopes Frota Gomes e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Faltou a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, por se encontrar ausente em representação do Município, de acordo com o Despacho n.º 38/2018, anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques, esteve presente em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 a 4.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 5.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.

- f) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vereador Pedro Pina, no âmbito do Departamento de Cultura, Educação, Desporto, Juventude e Inclusão Social, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Pedro Pina - Leu a moção “Dia Nacional do Estudante e Dia Nacional da Juventude – 24 e 28 de março”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 11:

“Há precisamente um ano, na moção com que assinalámos estas duas efemérides, fizemos notar que as gerações jovens atuais, mesmo as mais adultas, tiveram o privilégio de viver toda a sua vida na liberdade conquistada com a Revolução de Abril.

Um ano depois, é com preocupação que observamos a velocidade a que o discurso de ódio avança pela Europa e pelo mundo, e pensamos que estas novas gerações afinal não estão assim tão livres de um confronto com ideologias nefastas, fundadas na opressão e na tortura.

O março.28, o programa cultural apresentado pelo Município de Setúbal para celebrar o Dia Nacional da Juventude, presta homenagem a uma festa organizada em pleno regime salazarista pelos jovens do Movimento de Unidade Democrática, em Olhão, em 1947. Uma festa que desobedeceu deliberadamente à censura e à proibição de ajuntamento para celebrar as ideias de “Cultura, Alegria e Amizade”, e a paz.

Não faltam exemplos de episódios em que os jovens tomaram as rédeas da História, com a coragem de desobedecer a regimes baseados na opressão, no medo ou na infeliz crença de que a humanidade é incapaz de superar a barbárie e a mediocridade. É nesses momentos críticos que os jovens reivindicam direitos e liberdades que parecem impossíveis de pôr em prática, mas que algumas décadas mais tarde já serão vistos como elementares. Os jovens são os proponentes da utopia, e a utopia é o motor da História — foi isso que Sebastião da Gama quis dizer com “Pelo sonho é que vamos”. E é por isso que os jovens não são apenas o futuro — mais do que tudo, são o presente.

Não vimos desenterrar este pedaço de história por saudosismo — vimos estabelecer uma relação urgente entre o passado e o presente. A liberdade nunca está garantida; a sua defesa faz-se constantemente, e hoje também.”

Submetida a votação, foi a moção aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Pedro Pina - Leu o voto de pesar pelo falecimento de Mário Mestre, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 12:

“Mário Mestre, presidente do Clube Desportivo “Os Pelézinhas”, faleceu no passado dia 10 de março, aos 69 anos.

Figura incontornável do futebol de formação na cidade de Setúbal, era conhecido e estimado por todos quantos, numa altura ou outra da vida, com ele privaram.

‘Ti Mário’, como era popularmente chamado pelos muitos jovens que passaram pelos clubes que treinou, era conhecido pela forma hábil como trabalhava com a juventude. Para além de um talento inato para reconhecer a habilidade de um bom jogador, Mário Mestre transmitia aos seus pupilos a importância da formação académica e dizia sempre que era essencial que fossem “bons meninos, educados e com bons princípios de vida”.

Foi responsável pela evolução e dinâmica do clube nos últimos anos, tendo lutado sempre para que as suas equipas tivessem melhores condições para treinar. A passagem do campo na Praça do Brasil para a Várzea foi uma das suas grandes conquistas. E não raras vezes foi visto a executar, pela sua própria mão, trabalhos de manutenção nos Campos Municipais da Várzea.

Dirigente do clube “Os Pelezinhos” durante 13 anos, Mário Mestre, foi também treinador dos escalões jovens, tanto nesse clube como no Grupo Desportivo e Recreativo 1.º de Maio.

Em setembro de 2015 a Câmara Municipal de Setúbal reconheceu os elevados préstimos de Mário Mestre ao Desporto Setubalense, atribuindo-lhe a Medalha de Honra na Classe Desporto.

Na Gala do Desporto de Setúbal, realizada em janeiro de 2018, Mário Mestre foi nomeado Dirigente do Ano.

Pela marca que deixa na história do Clube que tão acerrimamente defendeu e dirigiu. Pela marca que deixa em centenas de jovens que treinou. E pelo contributo inestimável que deu ao desporto, em particular ao futebol, na cidade de Setúbal, Mário Mestre será para sempre lembrado.

À família enlutada e aos muitos amigos que deixou, a Câmara de Setúbal apresenta sentidas condolências.”

Sr. Vereador Fernando Paulino – Naturalmente que nos associamos a este voto de pesar. Mário Mestre foi um homem bom e com quem tive o privilégio de privar. Defendeu os interesses do seu clube com convicção, mas sempre em respeito pelas regras e principalmente pelos outros. É importante que fique registado esta nota e dizer que acompanhou o crescimento de muitos miúdos, inclusive o meu filho, e devo-lhe essa ajuda no crescimento de um jovem. Certamente serão estas as palavras de muitos pais cujos filhos foram acompanhados por Mário Mestre, são estas as palavras que devemos deixar em respeito pela sua memória. Muito obrigado, Mário Mestre, por tudo o que fez por nós.

Sr. Vice-Presidente – De facto ele foi o líder de uma instituição que muito fez pelos jovens deste concelho.

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Sr. Vice-Presidente - Leu o voto de pesar pelo falecimento de Ralfo Santos Formiga, ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 13:

“A Câmara Municipal de Setúbal expressa profundo pesar pelo desaparecimento de Ralfo Santos Formiga, personalidade intimamente ligada à história recente da cidade enquanto dirigente associativo, empresário e autarca.

Homem determinado e empreendedor, foi litógrafo, livreiro e industrial de restauração, atividades profissionais que conciliou sempre com a intervenção como agente social transformador na procura de uma sociedade moderna e mais justa.

Nascido a 17 de abril de 1943 na freguesia de Santa Maria da Graça, Ralfo Formiga teve um trajeto político reconhecido pela honestidade, pelo trabalho e pela competência.

Eleito como militante do PCP, entre 1976 e 1986, foi membro da Assembleia de Freguesia de Santa Maria da Graça. No mandato 2005-2009, presidiu à Junta de Freguesia de Santa Maria da Graça, cargo que desempenhou com assinalável espírito de serviço, num estilo de gestão marcado por uma incessante procura de consensos e por chamar os munícipes e as instituições à esfera de decisão.

A vida de Ralfo Santos Formiga caracterizou-se por um elevado sentido da participação cívica, através do envolvimento direto em diversos projetos culturais, desportivos e recreativos, num estímulo da atividade associativa do concelho.

Foi dirigente da Sociedade Musical e Recreativa União Setubalense, sócio da Sociedade Musical Capricho Setubalense, nadador do Clube Naval Setubalense, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas, fundador do Secretariado das Comissões de Trabalhadores de Setúbal e membro da Comissão de Trabalhadores da Litografia Sado.

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta o seu profundo agradecimento a Ralfo Formiga por tudo o que fez pela sua terra e expressa sentidas condolências à família enlutada.”

Entraram na sala de sessões, passando a fazer parte dos trabalhos, os Srs. Vereadores Carlos Rabaçal e Nuno Carvalho.

Sr. Vereador Fernando Paulino – É mais um homem bom que nos deixou. Também tive o prazer de privar com Ralfo Formiga, enquanto meu adversário político na Junta de Freguesia de Santa Maria da Graça. Fui seu sucessor, perdi eleições com ele e ganhei as seguintes, mas acima de tudo mantivemos sempre um grande respeito enquanto pessoas, e isto era o que mais privilegiava, as relações. Acima da política e dos partidos estavam as pessoas. É esta a lembrança que quero deixar, foi um bom homem que nos deixou e que descanse em paz, porque certamente deu um contributo importantíssimo a Setúbal, à cidade que o viu nascer, às instituições que representou e também ao seu partido, deixamos aqui um voto de pesar.

Submetido a votação, foi o voto de pesar aprovado por unanimidade e em minuta.

Fez-se um minuto de silêncio.

Sr. Vereador Nuno Carvalho - Leu a saudação "Iniciativa popular "Rampa das Baleias"", ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 14:

"Considerando:

A - Que o concelho de Setúbal tem no Rio Sado uma das suas principais fontes de recursos naturais endógenos.

B - Que o Rio Sado representa um fator de identificação e gera um sentimento de pertença natural nos cidadãos do concelho de Setúbal, contribuindo, dessa forma, para a geração de uma identidade e de uma cultura local fortemente identificada com este símbolo natural.

C - Que no Rio Sado se desenvolvem muitas e variadas atividades de lazer náuticas e de pesca lúdica.

D - Que se encontram registadas 8.635 embarcações de recreio na Capitania do Porto de Setúbal.

E - Que para este número de embarcações de recreio apenas existem 3 marinas (Naval; Doca das Fontainhas Poente e Nascente).

F - Que apenas existem 2 gruas que prestam serviço de colocação/retirada de água de embarcações de recreio (naval e marina Marbella).

G - Que apenas existe uma rampa de acesso gratuito ao rio Sado cuja localização se situa na estrada da Mitrena e que é comumente denominada por "Rampa das Baleias" e está no domínio da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (doravante apenas APSS).

H - Que a mesma se encontra em avançado estado de deterioração, bem como toda a zona envolvente, não permitindo a circulação com condições para as viaturas e reboques que transportam as embarcações.

I - Que um conjunto de cidadãos utilizadores daquele equipamento chamaram a si a tentativa de reparação, responsabilidade que não lhes compete, para assim poderem continuar a usufruir do único equipamento que permite o acesso ao rio Sado de forma gratuita.

J - Que é público e manifesto que os cidadãos querem que sejam criados mais equipamentos que possibilitem o acesso ao rio de forma gratuita.

A Câmara Municipal de Setúbal saúda todos os cidadãos que têm realizado várias iniciativas no sentido de mitigar ou solucionar de forma permanente as dificuldades atuais que limitam ou mesmo inviabilizam a utilização da rampa de Santa Catarina comumente denominada por "Rampa das Baleias".

Sr. Vice-Presidente – Antes de passar à discussão deixem-me voltar a fazer uma consideração sobre as figuras regimentais. Na realidade e na forma de saudação saudamos pessoas, mas aparentemente o que se pretende é que haja alguma iniciativa para preservar a utilização da rampa. É isso ou é apenas saudar as pessoas por aquilo que têm feito, o protesto. A questão de fundo tem razão de ser, é um acesso que está feito, mas está degradado, ou se é ou não gratuito, e como é da APSS é para saber se o Município poderia ter algum diálogo com eles.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Como o Sr. Vice-Presidente sabe há já até um diálogo com o Administrador da APSS e a Câmara. Estou a mencionar uma questão na sequência de uma iniciativa da população e saudá-la. Isto porque fez com que a entidade responsável, a APSS, efetivamente tivesse mais ação sobre esta matéria que não está nas mãos dos utilizadores e nem nas do Município. Acho que é de saudar a iniciativa, porque ela é que forçou existir uma ação da parte da APSS. É de louvar. Corre agora uma petição, há um grupo informal no Facebook, e houve pessoas que se conheceram e também houve atividade cívica no município ligada ao que é crucial e como é expresso na saudação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Parece-me justo que se qualquer vereador desta autarquia considera que há um determinado movimento, ou um comportamento coletivo de um conjunto de pessoas que considera que deva ser reconhecido no quadro deste fórum, parece-me legítimo que o possa fazer e que o traga aqui. Com todo o respeito, mas esta saudação é uma amálgama de coisas distintas e sem prejuízo do sentido que lhe possa querer ser dado, da justiça e das preocupações que aqui enumera. Permita-me que lhe diga que sem prejuízo do valor do Rio Sado e o capital valioso que este representa para a identidade de Setúbal, e o valor que representa para as mais diferentes atividades que podem ser nele praticadas, inclusive aquelas que aqui regista, não posso deixar de dizer que há um número vastíssimo de iniciativas de cidadania que acontecem na cidade e que nos merecem a mesma relevância enquanto ato e gesto de cidadania. A título de exemplo, poderíamos enumerar um sem número de atividades que são realizadas por propostas de diferentes territórios desta cidade, por moradores que se organizam e que manifestamente estão preocupados com a rua e o seu bairro, ou até com o Parque Natural da Arrábida. Isto não põe em causa a legitimidade daquilo que está aqui a trazer, mas a questão é qual é o entendimento? Queria também reforçar a questão que o Sr. Vice-Presidente também destaca. Há a preocupação, que é clara no texto e que visa a APSS, mas isso é uma matéria de outra natureza. Corrigir-me-á, mas penso que noutras saudações já manifestou essa preocupação, e até noutros momentos e com a zona ribeirinha, mas havendo uma entidade que tem responsabilidades diretas nessa mesma intervenção, como é que essa entidade se deve posicionar? Isso então já não é uma saudação, é uma outra coisa qualquer que também parece “metida a meio”, naquilo que é a razão principal e que parece perdida no meio das várias alíneas expressas nesta saudação. Que fique claro, e sem prejuízo de reconhecer algumas das questões que estão aqui colocadas, mas não consigo perceber este texto na figura de saudação. Tenho dificuldade em perceber, mas não tem nada a ver com a Rampa das Baleias e a necessidade e a dificuldade no acesso ao rio. Aliás, a Câmara tem desencadeado um conjunto de processos na tentativa de desbloquear essas mesmas situações.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Isto poderia ser, eventualmente, mais uma recomendação à Câmara do que uma saudação. Sem prejuízo do que foi dito pelo Sr. Vereador Pedro Pina, concordo com algumas das suas intervenções. Entendemos que é um caminho perigoso saudarmos ações, por mais generosas que sejam, como as iniciativas populares. No fundo, é uma mais-valia para quem utiliza aquele espaço. Embora se tenha legitimidade de defender o que são os seus próprios interesses, e não há nada mais normal do que isso, entendemos que no espaço da gestão de entidades perfeitamente definidas, e que sabemos quem são, é um pouco perigoso entrar pelo caminho de saudar esse tipo de iniciativas. Isto porque mais tarde pode levar a que outras coisas aconteçam e sem depois haver a responsabilidade necessária de quem as possa efetuar. Sem prejuízo do que está escrito, entendo que foi feito de boa-fé pela necessidade evidente de quem utiliza aquele espaço de poder descer os barcos até ao rio. É um espaço privilegiado, mas não tem efetivamente as condições necessárias. Seria mais razoável uma recomendação para depois se falar com a APSS.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Acho que estamos a complicar um pouco, porque há duas coisas distintas. Uma são as ações institucionais das respetivas instituições, e outra foi o que aconteceu e que inclusivamente foi apoiado mais tarde pelas respetivas instituições, até pela

Junta de Freguesia do Sado, creio, e que também esteve a organizar o espaço de intervenção. Portanto, poderíamos falar aqui daquilo que foi a intervenção das instituições e que nasceu de uma iniciativa da população. Aquilo que são as forças representadas nas freguesias, na Câmara e no porto de Setúbal, estão todas de acordo e estão a coordenar ações entre si para reparar isto. Efetivamente o que aconteceu à volta deste tema teve impacto imediato, e até apareceu no Correio da Manhã, sendo que não é todos os dias que Setúbal ali aparece. Também há que reconhecer o esforço altruísta das pessoas que o fizeram. Isto acontece da minha parte, mas se todos não concordarem tudo bem. Se quiserem transformar isto numa recomendação, então é um modelo diferente, pois estou a saudar a iniciativa das pessoas. Não estou a recomendar nada a ninguém, até porque já há conversas entre a Câmara e o porto. Vou recomendar o quê? Estou é a saudar o que foi feito! O Sr. Vereador Pedro Pina que não me leve a mal, mas não vou responder quanto ao resto, porque acho que não vale a pena complicar.

Sr. Vice-Presidente – Isto deve ser colocado nos termos mais simples, mas vou secundar a intervenção do Sr. Vereador Fernando Paulino, porque não há um obstáculo de comunicação entre a Câmara e a APSS, que é quem tem a área de gestão. É referido que foram tomadas iniciativas altruístas “no interesse próprio”, mas isso não existe! As pessoas que estão interessadas em fazer a utilização daquilo gratuitamente é que tomaram essa iniciativa! Depois, não temos elementos que nos digam se essa intervenção “por mãos próprias” é legítima, ou não. Como não há obstáculo ao diálogo entre a Câmara e a APSS, o sentido da recomendação era para que fosse averiguado com a APSS quais são as medidas para resolver a questão, e se é ali o local certo. Nesse sentido e não explicitamente, mas vai ser aceite a recomendação de que a Câmara verifique com a APSS o que é que se pode fazer, se é aquele o melhor local para a rampa de acesso gratuito, ou não, ou ainda se será feita uma melhoria. Como não sabemos da legitimidade da intervenção até agora efetuada, e como isso não é do conhecimento dos eleitos que estão aqui sobre resultados concretos da posição da APSS sobre esta iniciativa popular, a bancada da CDU não vai votar esta saudação. Vai sim é junto da APSS verificar o que se passa e informará subsequentemente todo o executivo daquilo que tiver sido feito. Depois, e se houver motivo para saudação estaremos disponíveis para isso.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Só para simplificar entendo que nem todas as iniciativas altruístas, ou assim designadas, são positivas, e posso dar um exemplo. Em Pinhal de Negreiros houve um movimento de pessoas para intervir num espaço privado, utilizando abusivamente os símbolos da junta de freguesia criando um litígio com a junta a com toda a gente numa situação não aceitável, embora não esteja a dizer que é o caso. Conheço diretamente iniciativas altruístas, desde cuidadores, pessoas que vão pintar a casa do vizinho, etc., que mereciam uma saudação deste género. Não faz sentido a saudação, embora tenha interesse a preocupação. Faz sentido o que disse o Sr. Vice-Presidente, já o resto não faz.

Submetida a votação, foi a saudação reprovada por maioria e em minuta, com 1 voto a favor do Sr. Vereador do PSD, 6 votos contra do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 15.

Índice

- A) *Período de Antes da Ordem do Dia*
1. *Informações à Câmara (eventual apresentação).*
 2. *Assuntos diversos de interesse para a autarquia.*
- B) *A) Período da Ordem do Dia*
1. *Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 21 de fevereiro de 2018.*
 2. *Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 07 de março de 2018.*
 3. *Deliberação n.º 77/18 – Proposta n.º 04/2018 – GAP – Aceitação de doações para a campanha “Um gesto em troca de um sorriso – Setúbal ajuda Quelimane”.*
 4. *Deliberação n.º 78/18 – Proposta n.º 05/2018 – GAP – Aprovação de Contrato entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Helen Hamlyn Trust para a obra de recuperação do Forte de Albarquel.*
 5. *Deliberação n.º 79/18 – Proposta n.º 21/2018 – DAFRH/DIGEF – 3.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipais e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.*
 6. *Deliberação n.º 80/18 – Proposta n.º 22/2018 – DAFRH – Contratação de empréstimo para financiamento de despesas de investimento – 2017 | Adenda.*
 7. *Deliberação n.º 81/18 – Proposta n.º 23/2018 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo PORTUGAL 2020 – Adjudicação.*
 8. *Deliberação n.º 82/18 – Proposta n.º 07/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Estabelecimento de Medidas Preventivas para a Frente Ribeirinha, no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal – União de Freguesias de Setúbal.*
 9. *Deliberação n.º 83/18 – Proposta n.º 08/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de certidão de área por cedência ao domínio público – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. – Cabeço da Bolota – Freguesia de São Sebastião.*
 10. *Deliberação n.º 84/18 – Proposta n.º 09/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de certidão de área por cedência ao domínio público – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. – Casal de Santo António – Freguesia de São Sebastião.*
 11. *Deliberação n.º 85/18 – Proposta n.º 10/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas inerentes à emissão de certidão de toponímia – Dulcinda da Dores Francisca.*
 12. *Deliberação n.º 86/18 – Proposta n.º 01/2018 – GAF – Adenda à proposta n.º 01/A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal – 2018-2021 – Artigo 7.º A – “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros”. Parque de Merendas da Comenda.*
 13. *Deliberação n.º 87/18 – Proposta n.º 02/2018 – GAF – Alteração à proposta n.º 01/A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão – 2018-2021 – Artigo 6.º - “Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes e podas de árvores”.*
 14. *Deliberação n.º 88/18 – Proposta n.º 03/2018 – GAF – Alteração à proposta n.º 01/A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de São Sebastião – 2018-2021 – Artigo 7.º - “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” – Anulação da alínea b), do n.º 1 – Recolha de Monos e do n.º 6 – Viatura n.º 36.*
 15. *Deliberação n.º 89/18 – Proposta n.º 06/2018 – DAAE/SAEN/SQPA – Candidatura do Município de Setúbal ao Programa ECOXXI 2018.*
 16. *Deliberação n.º 90/18 – Proposta n.º 28/2018 – DCED/DICUL – Concurso Marchas Populares de Setúbal 2018 – Apoio financeiro.*
 17. *Deliberação n.º 91/18 – Proposta n.º 29/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras.*

18. *Deliberação n.º 92/18 – Proposta n.º 30/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização da Festa de São Luiz da Serra.*
19. *Deliberação n.º 93/18 – Proposta n.º 31/2018 – DCED/DIDES – Matriz de apoio ao Desenvolvimento Desportivo.*
20. *Deliberação n.º 94/18 – Proposta n.º 32/2018 – DCED/DIDES – Isenção de taxas em equipamentos Desportivos Municipais.*
21. *Deliberação n.º 95/18 – Proposta n.º 08/2018 – GVRO/DIEDU – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do concelho e APPACDM de Setúbal no âmbito do 8.º Festival de Música do concelho.*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

1. **Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 21 de fevereiro de 2018**

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Joel Marques e Sandra Gomes, por não ter estado presente nesta reunião.

2. **Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 07 de março de 2018**

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem os votos dos Srs. Vereadores Joel Marques e Sandra Gomes, por não ter estado presente nesta reunião.

3. **Deliberação n.º 77/18 – Proposta n.º 04/2018 – GAP – Aceitação de doações para a campanha “Um gesto em troca de um sorriso – Setúbal ajuda Quelimane”**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 78/18 – Proposta n.º 05/2018 – GAP – Aprovação de Contrato entre a Câmara Municipal de Setúbal e o Helen Hamlyn Trust para a obra de recuperação do Forte de Albarquel**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 a 20.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Como dispõe o contrato há um conjunto de obrigações da parte do Município no que diz respeito a um conjunto de algumas outras obras que têm de ser feitas. A minha pergunta é se existe alguma informação, noção, ou cálculo do valor dessas obras.

Sr. Vice-Presidente – Vou-me socorrer dos técnicos, peço ao Sr. Diretor do DCED para esclarecer.

Sr. Dr. Luís Liberato – Obviamente que o projeto que foi entregue é global e engloba a recuperação do edifício antigo e também a parte do edifício novo, no estacionamento e nos acessos. O Helen Hamlyn Trust paga só parte da recuperação do edifício antigo e tudo o resto pagará a Câmara, tal como está definido no contrato e que abrirá procedimentos

concurrais a seguir ao início desta intervenção. Esses valores estão todos avaliados pelo arquiteto.

Sr. Vice-Presidente – Portanto, esta é a participação do Helen Hamlyn Trust, até este montante, em 75%, e o resto será o Município fazer, em 25%. Também é verdade que a libra também se vai desvalorizando.

Sr. Vereador Joel Marques – Esta questão é relevante porque, na verdade, temos uma proposta que é apresentada com determinado valor de câmbio e com a comparticipação máxima do fundo em 686 mil libras. Isto ultrapassa inclusivamente aquilo que é o orçamento de obra que nos é apresentado e sabemos que o fundo tem um limite no montante que vai participar. Pagará, no limite, o custo da obra, mas sabemos também que não há muito tempo, entre final de julho e meados de setembro de 2017, o valor da libra não permitia que a comparticipação máxima do fundo pagasse sequer a totalidade da obra. Aquilo que este contrato prevê é que o Município assumira a diferença entre o limite máximo que o fundo participa, as 686 mil libras, e o valor total da obra. Isto caso haja uma flutuação na taxa de câmbio, o que significa uma desvalorização significativa da libra. Estando esta intervenção a ser feita fora daquilo que é o trâmite normal da contratação pública recordo que o Município já teve uma experiência que não foi das mais agradáveis, numa situação semelhante. Foi quando se fez a intervenção no Fórum Municipal Luísa Todi, e depois foi necessário conceder a obra a uma entidade particular. Depois, para concorrer a fundos comunitários, a Câmara teve de assumir a responsabilidade da obra. O Município tem alguma salvaguarda que permita, de alguma forma, salvaguardar este risco cambial? Isto dilui-se no tempo e quanto mais melhor. Hoje estará o executivo da CDU a confiar no mercado especulativo das taxas cambiais, mas gostaria de ver esta questão esclarecida. Gostava também de notar que a resposta que nos é apresentada tem alguns lapsos, nomeadamente no que respeita aos anexos, porque de acordo com o contrato deveria haver uma planta com passadiços a vermelho e azul, mas nem a preto e branco cá estão. Seria correto por parte do executivo quando apresenta este tipo de propostas, que elas venham efetivamente com as plantas. Sei que é uma componente mais técnica do que política, mas ainda assim é importante para que a intervenção de fundo possa ser efetivamente analisada.

Sr. Vice-Presidente – Está entendida a preocupação. Agora vamos entender que isto não é exatamente a mesma coisa que “a cavalo dado não se olha o dente”, porque a comparticipação de cerca de $\frac{3}{4}$ do custo de uma requalificação de uma estrutura e de um local não pode ir ao exagero de garantir do doador, que disponibilizou 686 mil libras numa determinada altura, argumentos de flutuações cambiais, e que se nos forem desfavoráveis têm de continuar a aumentar a doação. Essa era a maneira de salvaguardar. Trata-se de aceitar uma doação de uma parte substancial do custo da obra de requalificação daquele forte e da zona envolvente, o que é uma coisa de aceitar “com as duas mãos”. Não é uma coisa para problematizar de forma a estarmos a exigir garantias e quando estamos a ser beneficiados numa relação livremente atribuída. Há um exagero em colocar as questões em termos de salvaguarda de riscos cambiais, isto não é um negócio financeiro dessa natureza, é uma doação. A atribuição deste valor permitirá requalificar equipamentos e espaços públicos de forma definitiva e com grande benefício para o Município. Portanto, julgo que devemos manter as coisas nos devidos termos. Há o equilíbrio entre aquilo que é um negócio puramente privado e entre privados, mas não se trata disso. É uma atribuição de uma verba para comparticipação de uma recuperação e que é útil a todos. Apelava a que se considerasse a coisa assim em termos de garantia cambial. Pode haver algum prejuízo em relação à saudação decidida no decurso do tempo e com as flutuações cambiais, mas pode ser desfavorável ou pode ser favorável, em algum momento, a libra também se pode valorizar. Julgo que não faz sentido estar a exigir que se garanta que não há flutuações ou que estas sejam cobertas pelo doador.

Sr. Vereador Joel Marques – Provavelmente não me fiz entender, mas a questão não se põe do lado das garantias que este mecenas possa dar à concretização da obra caso haja uma desvalorização da libra. Efetivamente era o que mais faltava estarmos a exigir a alguém que nos está a dar um montante desta natureza que ainda cobrisse eventuais riscos cambiais. A minha questão é outra e gostaria que o Sr. Vice-Presidente me pudesse dar uma resposta mais concreta. No caso de haver uma desvalorização da libra de que forma é que a Câmara prevê a assunção de um valor de uma obra que está a ser adjudicada por um particular? Isto está a ser feito à margem daquilo que é o procedimento normal de contratação pública. Caso haja efetivamente um valor que naturalmente esperamos que não venha a acontecer, mas caso haja é necessário acertar pela desvalorização cambial. Quer o Sr. Vice-Presidente goste, ou não, esta é uma operação financeira que tem riscos cambiais, ela não precisa ser feita entre particulares para que esse risco exista, e muito menos por ser uma operação financeira, porque há dinheiro envolvido.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Não sei se o Sr. Vereador está habituado a acompanhar obras ou a desenvolver algumas, mas é comum serem feitas por valores superiores ao previsto, por erros e omissões, ou outras razões, ou inferiores ao previsto por poupanças diversas, etc. Portanto, não é nenhum drama se o valor não coincidir, porque até pode ser superior, como pode ser igual ou inferior. Logo veremos na altura exata o que fazer nesse caso concreto e há várias hipóteses. Há a de o privado pôr o dinheiro para completar a obra, pode o privado fazer a obra com o dinheiro que tem e depois o Município ter de assumir a outra parte que falta e já em obra pública, etc. Os cenários são vários e se continuássemos a pensar fariamos dez cenários, o que não vale a pena. No momento exato em que a coisa se verificar, quando caminhar na obra, vamos ter de avaliar exatamente o que se passou, ou que se está a passar, com a questão cambial, e nessa altura tomaremos uma decisão que é fácil de tomar. Ou se reduz na obra, ou o mecenas mete mais, ou a Câmara faz com o dinheiro que tem em obra pública, e se for necessário. O que se deveria registar neste ponto é o mérito notável de se conseguir encontrar mecenas que venham para Setúbal requalificar espaços, que por acaso até não são nossos, estão connosco num protocolo "leonino", porque o Estado obriga-nos a pagar uma renda, pelo menos fictícia, mas é uma renda à qual estamos amarrados. O que há a ressaltar é a importância, o valor fundamental de requalificar um espaço em ruínas para ser um de excelência no concelho de Setúbal. O resto vamos avaliar e não é nada de complexo, a não ser para quem não está, de todo, habituado a lidar com obras públicas ou privadas. Resolvo problemas destes todos os dias.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Quanto à questão da forma faço o meu reparo na base contratual. Ainda que a questão cambial seja importante, tal como também disseram os Srs. Vereadores Joel Marques e Pedro Pina, isto é importante por diversas vias. O euro também pode valorizar e a libra esterlina estar estabilizada, por exemplo, mas também inúmeras situações podem ocorrer. Pode acontecer que no próximo ano o IVA pode subir ou baixar e esse valor está aqui incluído, o que é outra variável. Estas variáveis devem ser consideradas e ponderadas, contudo, este valor que aqui está, deve ser considerado uma doação. Deve existir um outro processo à parte e que é o processo de contratação passar pela Câmara, e esse sim, tem de começar da mesma forma que acaba. Este só tem de ser aceite, porque é uma relação que é estabelecida entre dois privados. O Helen Trust vai contratar diretamente com a empresa e ao fazê-lo é pelo valor que aqui está, nem mais uma e nem menos uma libra. Se fosse de qualquer outra forma estaríamos a entrar no campo da contratação pública. Essa discussão a ocorrer deve ser no resto da obra e que ainda não se sabe em concreto, mas há de se saber e está tudo bem. É pertinente, mas não agora, é só isso que estou a tentar colocar em perspetiva.

Sr. Vereador Pedro Pina – Queria reforçar a intervenção do Sr. Vereador Nuno Carvalho e sem prejuízo das questões que são aqui colocadas e das considerações legítimas, mas não posso deixar de notar que o que era expectável da parte da oposição era uma saudação, uma vez que temos vindo a ser pródigos em saudações e recomendações. Sem prejuízo desta possibilidade que foi construída na base de uma relação que tem vindo a ser consolidada entre a autarquia de Setúbal e este Trust inglês, numa relação que tem também a sua gente no Festival de Música de Setúbal, acho que era importante e sem prejuízo de qualquer outra motivação que a oposição fizesse uma saudação àquilo que é mais um edificado de um património valiosíssimo do ponto de vista da história da cidade que vamos ter. Isto sem prejuízo das variáveis que os senhores vereadores oportunamente aqui demonstraram, mas vamos ter oportunidade de requalificar e devolver à cidade de uma forma que neste momento não era possível. É esta a questão, e não vale a pena lembrar aquilo que foi a “telenovela” do Convento de Jesus e que só é possível por iniciativa municipal e com todas as vicissitudes a que temos assistido. Neste momento não se trata de estarmos aqui a criar qualquer tipo de circunstância divisional no executivo municipal, seria tempo para que este executivo e de uma forma conjunta valorizasse esta iniciativa que vai dar a possibilidade a todos os setubalenses e a todos os portugueses que nos visitem de ter mais um espaço requalificado de património histórico. Já agora, Sr. Vereador Joel Marques, são espaços que o Estado e os diferentes governos deixam há décadas ao abandono. É este município que quer o Convento de Jesus e quer agora o Forte de Albarquel, e que por sua iniciativa e em conjunto com a iniciativa privada tem a capacidade de requalificar o património e o devolver aos seus cidadãos. O Estado, e nomeadamente a anterior Secretaria de Estado da Cultura, deu zero para o património do município. Isto a par do património que se arrasta pelo País e de uma forma que todos nós, infelizmente, nos vamos confrontando.

Sr. Vice-Presidente – Esta foi uma nota muito oportuna.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Fizemos uma recomendação para que mais tarde se transforme numa saudação, e não naquilo que foi dito sobre o que se passou no Fórum Municipal Luísa Todi. Estas recomendações são para depois ser uma saudação em pleno, sem restrições e sem os constrangimentos que tivemos nas obras do fórum. De resto, estou totalmente de acordo.

Sr. Vice-Presidente – Muito bem, também estou de acordo, mas vou fazer uma jogada de antecipação porque julgo que, de facto, a cooperação de uma entidade privada para esta colaboração com o Estado Português é para benefício do património histórico que ficou ao abandono. Com o Estado e o município de Setúbal isto não é um mero contrato, é uma atitude que é expressa numa cooperação financeira e num gesto concreto de recuperação de património. Isto merece que seja associado a esta deliberação um voto de agradecimento ao Helen Hamlyn Trust. Propunha que se associasse à aprovação desta proposta este voto pela colaboração com o património público nacional.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Já agora também a cedência desse património pelo governo do Partido Socialista que o fez à autarquia, também isso era justo que fosse referenciado.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Ó Sr. Vereador “doador”, tentámos comprar o forte ao Estado e não o vendeu, tentámos que nos doasse e não doou, apenas há uma renda de 600 euros por mês até se cumprir o valor do investimento. A partir disso são os 600 euros por mês que ficamos a pagar. Pior que isso ainda pode ser que ao fim de 20 anos o Estado decida ficar com aquilo e diga “adeus” à Câmara Municipal de Setúbal. Isto é só para perceberem.

Sr. Vice-Presidente – Ou seja, foi uma boa oportunidade de estar calado, Sr. Vereador Fernando Paulino.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não foi, mas a justiça também tem que ser feita. Isto foi no governo do PS ou do PSD? Foi uma doação com as condições que houve.

Sr. Vice-Presidente – Sobre a oportunidade de verificar se o seu partido que agora está no Governo é, ou não, um bom doador para o património público, estamos a tempo de ver o que é que se vai passar com a descentralização de competências. Vamos ver se o seu governo vai passar para os municípios o património público do Estado que está abandonado. Não tem qualquer uso dado pelo Estado e nem é recuperado, por isso devia ser passado às câmaras municipais com a possibilidade de os utilizar e rentabilizar. Vamos ver se o Governo do seu partido vai acertar contas com os inúmeros terrenos doados para edifícios públicos, centros de saúde, escolas, instalações de equipamentos de segurança, PSP e GNR, tribunais, etc., se vai fazer contas com os municípios que disponibilizaram ao longo de muitos anos todos esses equipamentos e sem receber um centavo. Já quando o município quer fazer algum benefício público numa estrada pedem dezenas de milhares de euros para simplesmente alargar ou reparar uma valeta. Vamos ver se o governo do Partido Socialista que agora está no poder vai emendar a mão nestas coisas, e está a tempo de o fazer com as leis da descentralização para os municípios. Esperemos que este ano tiremos conclusões, e se assim for sou que venho aqui propor um voto de louvor ao Sr. Vereador Fernando Paulino e ao seu partido por terem cumprido promessas que duvidávamos que iam ser cumpridas.

Sr. Vereador Fernando Paulino – Não se esqueça que a geringonça é para as coisas boas e as coisas más também.

Sr. Vice-Presidente – Não esteja a associar agora, só estou a falar do governo do Partido Socialista.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Quero associar-me à nota de agradecimento que acho que era a parte mais importante e penso que aí devíamos ter acabado.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 79/18 – Proposta n.º 21/2018 – DAFRH/DIGEF – 3.ª alteração ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Plano de Atividades Municipais e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 21 a 26.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Tenho uma dúvida e até admito que pode ser por falta de tempo meu para a pesquisa. Pergunto se neste aumento previsto para o plano de promoção de eficiência de consumo de energia elétrica este é já o valor que fará parte de uma participação que está em curso, ou se é um valor que está alocado só para este efeito. Ou seja, isto faz parte de um programa participado, ou não?

Sra. Vereadora Carla Guerreiro – Neste momento temos várias modalidades de candidaturas para esta área, temos o Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica, promovido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, e temos o 2020 que está agora em construção, tanto que vêm aqui os valores que penso que são os totais do investimento.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

6. Deliberação n.º 80/18 – Proposta n.º 22/2018 – DAFRH – Contratação de empréstimo para financiamento de despesas de investimento – 2017 | Adenda

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 27 a 30.

Sr. Vereador Joel Marques – Efetivamente já na altura em que a proposta original veio, e também quando veio para ser corrigida, a 6 de setembro, o Partido Socialista fez questão de chamar a atenção para algo que se considerava irregular, o facto de se estar a contratar um empréstimo para despesas de investimento quando efetivamente essas despesas já foram realizadas. Portanto, já tinham sido faturadas e já eram dívida para pagar. Na nossa opinião seriam para pagar o que já estava feito e não para investimento. Efetivamente o Tribunal de Contas acaba por tomar uma decisão que vai ao encontro daquilo que tinha sido a nossa intervenção nessa reunião. Há a contratação de uma dívida para uma obra que já foi feita e foram assumidas responsabilidades, potencialmente sem garantir ter-se este empréstimo para fazer face ao cumprimento das despesas decorrentes.

Sr. Vice-Presidente – Pagámos cedo demais e não devíamos ter pago. Há uma obra que foi liquidada e outra que foi retirada.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 7 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PSD e 3 votos contra dos Srs. Vereadores do PS.

Sr. Vereador Joel Marques – Fez a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra: *“Remeto o sentido de voto contra do Partido Socialista para aquilo que foi a nossa intervenção no sentido que um empréstimo para investimento deverá ser contratado antes de o investimento ser realizado e não depois de a obra estar feita e faturada.”*

7. Deliberação n.º 81/18 – Proposta n.º 23/2018 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo PORTUGAL 2020 – Adjudicação

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 a 35.

Sr. Vereador Nuno Carvalho – Nesta matéria apenas mantenho a minha posição relativamente à proposta original, e tem a ver com a questão do prazo de financiamento de vinte anos. Já foi debatido e falado, mas apesar de se poder esticar até aí acho que há outros investimentos. É efetivamente um ciclo muito prolongado para fazer imposição de investimento. Nesse sentido e quanto ao modelo de financiamento há a minha discordância, e por isso vou-me abster.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 9 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e PS e 1 abstenção do Sr. Vereador do PSD.

Ausentou-se da sala de sessões, o Sr. Vereador Nuno Carvalho.

8. **Deliberação n.º 82/18 – Proposta n.º 07/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Estabelecimento de Medidas Preventivas para a Frente Ribeirinha, no âmbito do processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal – União de Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 36 a 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Regressou à sala de sessões, o Sr. Vereador Nuno Carvalho.

9. **Deliberação n.º 83/18 – Proposta n.º 08/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de certidão de área por cedência ao domínio público – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. – Cabeço da Bolota – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 40, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 84/18 – Proposta n.º 09/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de certidão de área por cedência ao domínio público – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. – Casal de Santo António – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 85/18 – Proposta n.º 10/2018 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas inerentes à emissão de certidão de toponímia – Dulcinda da Dores Francisca**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. **Deliberação n.º 86/18 – Proposta n.º 01/2018 – GAF – Adenda à proposta n.º 01/A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a União de Freguesias de Setúbal – 2018-2021 – Artigo 7.ºA – “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros”. Parque de Merendas da Comenda**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 e 44, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 87/18 – Proposta n.º 02/2018 – GAF – Alteração à proposta n.º 01/A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de Azeitão – 2018-2021 – Artigo 6.º - “Gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes e podas de árvores”

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 e 46, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 88/18 – Proposta n.º 03/2018 – GAF – Alteração à proposta n.º 01/A/GAF/2017 – Acordo de Execução entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia de São Sebastião – 2018-2021 – Artigo 7.º - “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” – Anulação da alínea b), do n.º 1 – Recolha de Monos e do n.º 6 – Viatura n.º 36

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Carlos Rabaçal, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 89/18 – Proposta n.º 06/2018 – DAAE/SAEN/SQPA – Candidatura do Município de Setúbal ao Programa ECOXXI 2018

Após a apresentação da proposta pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 48 e 49, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 90/18 – Proposta n.º 28/2018 – DCED/DICUL – Concurso Marchas Populares de Setúbal 2018 – Apoio financeiro

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 50, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 91/18 – Proposta n.º 29/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 51, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 92/18 – Proposta n.º 30/2018 – DCED/DICUL – Apoio financeiro à realização da Festa de São Luiz da Serra

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 52, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 93/18 – Proposta n.º 31/2018 – DCED/DIDES – Matriz de apoio ao Desenvolvimento Desportivo

O Sr. Vereador Pedro Pina, leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54.

Sr. Vice-Presidente – A esta proposta dava uma saudação forte e efusiva. É muito objetiva e afasta pessoalismos e favores com critérios claros, definidos e aprovados, o que é importante e para o movimento associativo também. Aqui não há favores, há o mérito que é reconhecido e com uma matriz objetivamente definida. Este tipo de propostas são um marco na gestão pública e municipal. Esta matriz vem concretizar e fechar o procedimento isento de atribuição de apoios ao movimento associativo. Isto é de realçar.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 94/18 – Proposta n.º 32/2018 – DCED/DIDES – Isenção de taxas em equipamentos Desportivos Municipais

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 95/18 – Proposta n.º 08/2018 – GVRO/DIEDU – Apoio financeiro aos Agrupamentos de Escolas do concelho e APPACDM de Setúbal no âmbito do 8.º Festival de Música do concelho

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Ricardo Oliveira, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

Sr. Vice-Presidente – Terminada a ordem de trabalhos e já fora dela, queria deixar duas informações que há pouco me chegaram e se não houver objeções. São informações simples, mas merecem ser referidas, sendo relativas ao resultado de rankings da Bloom Consulting que atribuiu ao município de Setúbal uma distinção da marca “Estrela da Região de Lisboa”. É dada pelo reconhecimento da subida mais significativa na região e que este ano passou ao quarto lugar na região de Lisboa. Isto num conjunto de critérios e fatores. Será depois devidamente divulgado e apresentado, mas este foi o município que teve a maior subida.

A outra informação é referente a uma nova classificação, o “Portugal 5 Estrelas”. A primeira edição é apresentada por 18 vencedores, acontecendo que o Município de Setúbal foi distinguido com seis ícones de interesse nacional e doze marcas vencedoras. Os ícones são: Cozinha Tradicional - Choco Frito; Doçaria Regional - Tortas de Azeitão; Praias - Galapinhos; Reservas, passagens e barragens – Parque Natural da Arrábida; e, Serra e montanhas – Serra da Arrábida. Estes ícones, e sem querer entrar em polémicas de rankings, define, de facto, o município pela positiva. Não deve passar em claro a referência a estas atribuições que valorizam todo o concelho e devem ser reconhecidas como boas.

B) Período destinado à intervenção do público

Sr. Augusto Cruz – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 57.

O Sr. Vice-Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e quarenta e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara,

Manuel Joaquim Pisco Lopes

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 18 de abril de 2018, por unanimidade, contém 17 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Vice-Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:
Manuel Cordeiro

Conferida por:
Ana Cristina Claro